

A representação do negro em *Casa-grande & senzala*: uma releitura

André Azevedo da Fonseca

Graduado em Comunicação Social pela Universidade de Uberaba-MG (Uniube).
Pós-graduando (*lato sensu*) em História do Brasil pela PUC/Minas.

Resumo Ao descrever em *Casa-Grande & Senzala* a vida cotidiana da família colonial na América Portuguesa, Gilberto Freyre revelou a brutalidade da condição social das mucamas, dos moleques de brinquedo e das mulatas que conviviam com o sadismo e a crueldade dos senhores. Quando estabeleceu o elogio à mestiçagem, o autor também fez perceber que muitos comportamentos atribuídos à influência de raça eram na verdade decorrência direta do sistema social da escravidão, que necessariamente degradava a moral do indivíduo – não por ele ser negro, mas por ser escravo. Assim, para contribuir no exercício de reavaliação do pensamento de Gilberto Freyre, o presente artigo propõe uma leitura direcionada de *Casa-grande & Senzala*, fazendo um recorte da representação que nesta obra o autor conferiu ao negro. O objetivo é salientar aspectos que problematizem a pertinência das críticas que o acusam de idealizar certa "democracia racial" na sociedade colonial.

Introdução

Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo (...) a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro (FREYRE, 2003, p. 367).

Em *Casa-grande & senzala*, Gilberto Freyre dedica os capítulos IV e V¹ para discorrer seu ensaio sociológico sobre o papel do escravo na vida sexual e no cotidiano familiar da colônia portuguesa. O autor defende ardorosamente que todo brasileiro traz em sua formação a marca da influência negra, que se revela sobretudo na “mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar de menino pequeno, em tudo que é expressão sincera da vida” (p. 367). Essa forte influência viria da convivência desde cedo com as sinhamas que embalavam e davam de mamar às crianças brancas, com as negras velhas que contavam as primeiras histórias de assombração, com os moleques que eram os primeiros companheiros de brinquedo e com as mulatas que até o final da primavera tiravam bichos-de-pé e nos primeiros meses do verão iniciavam os rapazotes nas delícias do amor físico.

¹ “O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro”; e a continuação na capítulo seguinte.

Freyre conta que as próprias condições sociais nos antigos engenhos – onde o rapaz se encontrava sempre rodeado da “mulata fácil” – podem explicar a verificada predileção sexual dos senhores brancos pelas negras. Além disso, em uma interpretação aparentemente freudiana, insinua que as relações íntimas do ato de mamar da criança branca na amade-leite negra já possibilitaria o desenvolvimento psíquico desse pendor sexual pelas “mulheres de cor”. Freyre chega a relatar casos em que essa preferência passava a ser fixação – ou seja, homens brancos que só conseguiam obter prazer com mulheres negras; como no caso de um jovem de família escravocrata do Sul que “para excitar-se diante da noiva branca precisou, nas primeiras noites de casado, de levar para a alcova a camisa úmida de suor, impregnada de budum, da escrava negra sua amante” (p. 368).

Mas quando Freyre fala sobre a influência do negro na vida íntima do brasileiro, faz questão de observar que é a ação do escravo, e não a do negro em si, que procura analisar. Segundo ele, ao lado da monocultura, a escravidão foi a força que mais afetou a nossa plástica social. “Parece às vezes influência de raça o que é influência pura e simples do escravo: do sistema social da escravidão. Da capacidade imensa desse sistema para rebaixar moralmente senhores e escravos.” Assim, é preciso ficar evidente que, através de toda a vida colonial, o negro aparece “deformado pela escravidão” (p. 397). É absurdo, portanto, avaliar a capacidade de trabalho e a inteligência do negro através do esforço por ele desprendido sob o regime de escravidão, da mesma forma que é incoerente julgar sua moral ignorando o fato de estar submetido à ordem escravocrata.

O africano foi muitas vezes obrigado a despir suas roupas para vir de tanga em imundos navios negreiros. “A escravidão desenraizou o negro do seu meio social e de família, soltando-o entre gente estranha e muitas vezes hostil.” Nesse ambiente, argumenta Freyre, seria absurdo esperar do escravo outro comportamento que não aquele que tanto o acusam: ou seja, de imoral.

O senso comum atribui ao próprio defeito da raça africana “o erotismo, a luxúria, a depravação sexual”. No entanto, antropólogos notaram que entre os povos negros na África há maior moderação do apetite sexual do que entre os europeus. Evidência disto é a necessidade que africanos têm de estímulos picantes, danças afrodisíacas, culto fálico, festas licenciosas, enquanto no civilizado a vontade ordinária de excita sem grandes provocações, sem esforço ritualístico. Citando Ernest Crawley, observa que a noção vulgar de que a raça negra é mais afoita a excessos sexuais advém do temperamento expansivo dos negros e do caráter esfuziante de seus festins criarem a ilusão de descomedido erotismo – fato que na verdade indicaria “justamente o contrário”, pois demonstra a necessidade, entre eles, de “excitação artificial” (p. 398).

Diz-se geralmente que a negra corrompeu a vida sexual da sociedade brasileira, iniciando precocemente no amor físico os filhos-família. Mas essa corrupção não foi pela negra que se realizou, mas pela escrava. Onde não se realizou através da africana, realizou-se através da escrava índia. (p. 398).

Mais uma vez, Freyre defende que é absurdo responsabilizar o negro pelo que não foi obra sua, mas do sistema socioeconômico em que eram submetidos. “Não há escravidão sem depravação sexual. É da essência mesma do regime.” (p. 399). O próprio interesse econômico provoca a degradação criando nos proprietários uma ânsia desregrada de possuir “o maior número possível de crias”. Para se ter uma idéia, Freyre anota que Joaquim Nabuco observara em um manifesto escravocrata a seguinte locução: “a parte mais produtiva da propriedade escrava é o ventre gerador”. Assim, aquela anunciada “animalidade dos negros”, aquela “falta de freio aos instintos”, aquela “desbragada prostituição dentro de casa” — “sempre menos higiênicas que a dos bordéis” — eram animadas precisamente pelos senhores brancos.

Ainda assim, em uma preocupação sanitária, observa, o próprio Nabuco chegou a acusar as negras de adoecerem a constituição física dos rapazes. Mas na verdade, segundo Freyre, foram os senhores das casas-grandes que sifilizaram as escravas, tantas vezes entregues virgens, aos doze ou treze anos, a rapazes brancos já desmanchando-se da doença. “Porque por muito tempo dominou no Brasil a crença de que para o sifilítico não há melhor depurativo do que uma negrinha virgem.” (p. 399-400). E é evidente, portanto, que, sifilizadas, as escravas tornaram-se grandes transmissoras de doenças venéreas entre brancos e negros. Mais uma vez: “Não era o negro, portanto, o libertino: mas o escravo a serviço do interesse econômico e da ociosidade voluptuosa dos senhores.” (p. 402).

Cultura do negro

A importância do negro para a cultura material brasileira foi, para Freyre, seguramente maior que a indígena — e em certo sentido mais forte mesmo que a dos portugueses, sobretudo no litoral agrário. Além da superioridade técnica e cultural em relação aos ameríndios, a predisposição biológica e psíquica para a vida nos trópicos, assim como a maior fertilidade nas regiões quentes, o gosto pelo sol e a energia “sempre fresca e nova quando em contato com a floresta tropical” contribuíram para sua intensa participação na formação econômica e social do Brasil (p. 370). Citando Wallace, Freyre diz que o negro expressava um comportamento mais extrovertido — “o tipo do homem fácil, plástico, adaptável” — enquanto o nativo tendeu a comportar-se de forma mais introvertida — “Duros, hirtos, inadaptáveis.” (p. 371). O autor argumenta que essas características explicam em parte ter sido o negro na América portuguesa “o maior e mais plástico colaborador do branco na obra de colonização agrária” (p. 372).

Além dessa extroversão, Freyre observa que foram os antecedentes e as predisposições culturais do africano, sobretudo seu regime alimentar, “mais equilibrado e rico que o dos outros”, que promoveram essa forte presença. Freyre acrescenta que a tradição nutricional africana acompanhou os negros à América, africanizando a culinária local e “amacian-do” para os escravos os efeitos duros da transplantação forçada. “Uma vez no Brasil, os ne-

gros tornaram-se, em certo sentido, verdadeiros donos da terra: dominaram a cozinha. Conservaram em grande parte sua dieta.” (p. 373).

Freyre defende mesmo que, haja visto o deficiente regime alimentar e a péssima qualidade nutricional ingerida pelos habitantes nos primeiros séculos coloniais – fenômeno acentuado pelo latifúndio monocultor e pela decorrente irregularidade na cultura de vegetais, legumes e produção de leite, carne de gado, frango e de porco – o escravo foi “o melhor elemento nutrido em nossa sociedade patriarcal” (p. 107). “(...) os próprios senhores de engenho de Pernambuco e da Bahia nutriam-se deficientemente: carne de boi má e só uma vez ou outra, os frutos poucos e bichados, os legumes raros” (p. 98). Essa relativa boa alimentação dos negros explica-se, sobretudo, pela necessidade dos senhores de obter maior rendimento de suas propriedades, mas é também compreendida através da própria influência cultural dos africanos, que trouxeram da África uma dieta mais equilibrada através de alimentos valiosos, principalmente vegetais (p. 107).

Em diversos momentos no decorrer de sua obra, Freyre procurou demonstrar que escravos vindos de áreas de cultura negra mais adiantada foram um elemento “ativo, criador, e quase que se pode acrescentar nobre na colonização do Brasil; degradados apenas pela sua condição de escravos”. Para o autor, longe de terem sido meros “animais de tração”, os negros desempenharam uma verdadeira “função civilizadora”, servindo como a “mão direita” na formação agrária brasileira. “Eschwege salienta que a mineração de ferro no Brasil foi aprendida dos africanos”. Schmidt, por sua vez, observara que, em Mato Grosso, muitas das práticas ligadas à criação de gado eram de origem africana, registra Freyre (p. 390).

O Brasil não se limitou a recolher da África a lama de gente preta que lhe fecundou os canaviais e cafezais; que lhe amaciou a terra seca; que lhe completou a riqueza das manchas de massapê. Vieram-lhe da África “donas de casa” para seus colonos sem mulher branca; técnicos para as minas; artífices em ferro; negros entendidos na criação de gado e na indústria pastoril; comerciantes de panos e sabão; mestres, sacerdotes e tiradores de reza maometanos. (p. 391)

Na verdade, uma das preocupações do autor – considerado anti-racista e apologista da mestiçagem, apesar de alguns pontuais comentários conservadores – foi reunir uma sólida argumentação contra o determinismo genético na propalada inferioridade ou superioridade inata e hereditária do negro em relação ao branco. Citando Hertz, salienta, por exemplo, que “nem Kant nem Goethe nem Beethoven nem Ibsen nem Lutero nem Schopenhauer nem Schubert nem Schumann nem Rembrandt” eram nórdicos puros. Se pesquisas antropométricas indicam que o cérebro do negro é mais leve e menor do que o do branco, contra as conclusões de inferioridade da raça baseadas em tais resultados opõem-se fatos consideráveis. Se a média do peso do cérebro do negro é de 1.292g e do branco 1.314g, é necessário observar que a média da mulher branca é de 1.250g e do chinês é de 1.428g. Evidentemente, essa pesagem jamais é capaz de endossar a conclusão de que o chinês é superi-

or ao homem branco, ou que a mulher é inferior a todos. “O que se sabe das diferenças da estrutura entre os crânios de brancos e negros não permite generalizações. Já houve quem observasse o fato de que alguns homens notáveis têm sido indivíduos de crânio pequeno, e autênticos idiotas, donos de crânios enormes.” (p. 378).

Além disso, o autor recusava veementemente o que chamava de “superstição” de considerar o negro, pelas suas características somáticas, “o tipo de raça mais próximo da incerta forma ancestral do homem cuja anatomia se supõe semelhante à do chimpanzé”. Para ele, essa superstição se baseia muito naquele julgamento desfavorável que se faz da capacidade mental do negro – que é ideológica. No entanto, como observou o antropólogo Franz Boas, os lábios dos macacos são finos como na raça branca e não como na negra. Além disso, são os europeus e os australianos os mais peludos de corpo e não os negros. “De modo que a aproximação quase se reduziria às ventas mais chatas e escancaradas do negro do que no branco.” (p. 378).

Freyre não diz que brancos e negros são iguais, seja no evidente aspecto somático, seja no subjetivo aspecto psíquico. “Mas até que ponto essas diferenças representam aptidões inatas ou especializações devidas ao ambiente ou às circunstâncias econômicas de cultura é problema difícilimo de apurar.” (p. 380). Citando Boas, observa que o fenômeno das diferenças entre grupos humanos deve ser analisado “mais do ponto de vista da história cultural e do ambiente de cada um do que da hereditariedade ou do meio geográfico”. (p. 381). Por isso mesmo sublinhava a importância de perceber que a cultura africana não é algo homogêneo e indistinto. As variedades regionais evidentemente provocavam uma intensa diversidade cultural no continente. Além disso, aponta o erro de historiadores do século XIX que limitaram a procedência dos escravos importados para o Brasil ao “estoque banto” (p. 382). Na verdade, foram transportados em grosso número para o Brasil escravos de outras áreas da cultura africana.

A dominação portuguesa

Gilberto Freyre argumenta que os europeus e seus descendentes, dominadores absolutos dos negros e nativos, foram contudo condescendentes com os índios e africanos quanto às relações genéticas e sociais. “A escassez de mulheres brancas criou zonas de confraternização entre vencedores e vencidos, entre senhores e escravos.” Evidentemente, mostra que essas relações não deixaram de reproduzir a superioridade dos brancos que, na maior parte dos casos, significava senhores “desabusados e sádicos com escravas passivas”. Entretanto, Freyre defende que essas relações “adocicaram-se” devido à necessidade dos colonos de constituir família nessas próprias circunstâncias concretas. “A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala.”, defende. Para Freyre, a “índia e a negra-mina”, inicialmente, e depois “a mulata, a cabrocha, a qua-

drarona, a oitavona, tornando-se caseiras, concubinas e até esposas legítimas dos senhores brancos, agiam poderosamente no sentido de democratização social no Brasil” (p. 33).

Essa intensa miscibilidade – ou nos termos freyreanos: esse prazer de “misturar-se gostosamente com mulheres de cor logo ao primeiro contato” –, ao multiplicar os poucos milhares de atrevidos portugueses em milhões de filhos mestiços, serviu muito bem à eficácia da ação colonizadora. Ao compensar a pequena massa humana necessária à colonização, o intercuro sexual fez com que eles conseguissem firmar-se na posse de terras vastíssimas e competir com povos numerosos na extensão de domínio territorial (p. 70-71). E como foi dito, a mulher morena, a mulata e a negra foram as preferidas dos portugueses para as relações sexuais. Em meados do século XIX, relata Freyre, Burton encontrou em Minas Gerais uma cidade de 5 mil habitantes com apenas duas famílias de puro sangue europeu (p. 390).

Para Freyre, essa predisposição do português para a “colonização híbrida e escravocrata dos trópicos” pode ser explicada em grande parte devido ao passado étnico-cultural desse povo “indefinido entre a Europa e a África” – em outras palavras, devido ao forte caldo cultural africano que fervia sob as terras européias, esquentando os comportamentos sexuais, a alimentação e os hábitos religiosos. Freyre observa ainda que corriam nas veias de muitas regiões européias o sangue mouro ou negro, fazendo com que predominasse em vários lugares uma população de pele escura (p. 66). Como notou, citando o conde Hermann de Keyserling, referindo-se a Portugal: “Em vão se procuraria um tipo físico unificado.” (p. 67).

De acordo com Freyre, esse “ar quente” da África circulando pela península ibérica – região que sofria uma espécie de “bicontinentalidade” – amoleceu nas instituições as durezas germânicas e a rigidez doutrinária da Igreja medieval. É certo que esse “clima amolecedor” foi constantemente enrijecido pelo constante estado de guerra sempre presente na história comum desses povos – estado esse que, reitera o autor, não excluiu a miscigenação entre as duas raças ou o intercuro cultural entre essas sociedades. Mas o enrijecimento era relaxado após a vitória, quando os vencidos eram escravizados para a manutenção das atividades agrícolas (p. 66). Assim, Freyre afirma que dificilmente se imagina um povo mais flutuante que o português em seu “bambo equilíbrio de antagonismos”, o que lhe confere ao comportamento uma “fácil e frouxa flexibilidade, às vezes perturbada por dolorosas hesitações” (p. 67).

Mas o relato freyreano não vacila em explicitar a extrema violência arbitrária com a qual os escravos eram submetidos. Freyre conta que em muitas casas-grandes foram desencavados do chão ossos de escravos “justiçados” pelos senhores e enterrados no quintal – ou mesmo dentro das casas – para burlar as autoridades. “Conta-se que o visconde de Suaçuna (...) mandou enterrar no jardim mais de um negro supliciado por ordem de sua justiça patriarcal.” (p. 41). Mas essa violência era muito presente não apenas para com os escravos. Pedro Vieira, um desses patriarcas, ao descobrir que um dos filhos estava relacionando-se

com sua mucama predileta, mandou que o filho mais velho o assassinasse, em nome de Deus.

Esse desequilíbrio de caráter, para Freyre, também é um dado histórico-cultural. Citando o pesquisador inglês Aubrey Bell, Gilberto Freyre observa que a índole do português é

(...) como um rio que vai correndo muito calmo e de repente se precipita em quedas de água: daí passar do “fatalismo” a “rompantes de esforço heróico”; da “apatia” a “explosões de energia na vida particular e a revoluções na vida pública”; da “docilidade” a “ímpetos de arrogância e crueldade”; da “indiferença” a “fugidios entusiasmos” (...) (p. 69)

Enfim, um temperamento repleto de súbitas ousadias que entre um ímpeto e outro deleita-se preguiçosamente em certa indolência voluptuosa na saudade, no fado e na adoração permanente do Santíssimo Sacramento nas igrejas da cidade. (p. 69). Para Freyre, mais uma vez, essa inquietação de antagonismos denota a presença de duas culturas – “a européia e a africana, a católica e a maometana, a dinâmica e a fatalista” – fazendo da vida, da moral, da economia e da arte do português um regime de influências que se alternam, se equilibram ou se hostilizam.

Tomando em conta tais antagonismos de cultura, a flexibilidade, a indecisão, o equilíbrio ou a desarmonia deles resultantes, é que bem se compreende o especialíssimo caráter que tomou a colonização do Brasil, a formação *sui generis* da sociedade brasileira, igualmente equilibrada nos seus começos e ainda hoje sobre antagonismos. (p. 69)

Assim, a arbitrariedade senhorial é um dado bastante concreto no ensaio freyreano. Ele descreve como a casa-grande venceu os impulsos que a igreja manifestava no sentido de tornar-se dona das terras, criando uma situação na qual os senhores passaram a dominar a colônia praticamente sozinhos, concentrando em suas mãos toda a força. “Donos das terras. Donos dos homens. Donos das mulheres. Suas casas representavam esse imenso poderio feudal.” Para ilustrar a dureza dessas edificações “feias e fortes” — que na sua composição usavam óleo de baleia — e para explicitar a crueza da cultura patriarcal, *Casa-grande & senzala* narra uma história da tradição nortista em que um senhor de engenho, ávido pela perenidade de sua construção, mandou matar dois escravos para enterrá-los nos alicerces da casa. “O suor e às vezes o sangue dos negros foi o óleo que mais do que o de baleia ajudou a dar aos alicerces das casas-grandes sua consistência quase de fortaleza”. (p. 38). Baseando-se em relatos dos processos da visitação do Santo Ofício na colônia no final do século XVI, Freyre menciona também o registro de “senhores mandando queimar vivas, em fornalhas de engenho, escravas prenhes, as crianças estourando ao calor das chamas” (p. 46).

Esse poder patriarcal parecia estender-se mesmo à domesticação dos animais — fato que impressionou muitos dos viajantes estrangeiros. Freyre conta como Mrs. Graham ficou encantada com a “boa educação” dos inúmeros papagaios confinados nas gaiolas, pois os pássaros “raramente gritavam ao mesmo tempo”. O viajante d’Assier, registrou Freyre, observou um exemplo ainda mais expressivo e pitoresco: macacos tomavam a bênção aos mo-

leques “do mesmo modo que estes aos negros velhos e os negros velhos aos senhores brancos” (p. 43).

Mas os negros também respondiam àquela violência, e muitas vezes não apenas de forma meramente reativa, mas sobretudo política. Segundo Gilberto Freyre, o movimento malê da Bahia em 1835 é algo distinto das simples revoltas de escravos dos tempos coloniais. “Merece lugar entre as revoluções libertárias, de sentido religioso, social ou cultural.” O relatório do chefe de polícia, Dr. Francisco Gonçalves Martins, sublinha o fato de “quase todos os revoltosos saberem ler e escrever” em caracteres que “se assemelham ao árabe”. Martins, escreve Freyre, registrara que não havia dúvidas sobre a finalidade política daqueles levantes, pois os escravos “não cometiam roubos nem matavam seus senhores ocultamente” (p. 382).

Segundo Freyre, foi Nina Rodrigues quem primeiro observou que a “proeminência intelectual e social” entre os negros traficados para o Brasil parecia filiar-se à organização religiosa dos sudaneses maometanos — não só na liderança do movimento de 1835 da Bahia, mas em diversas outras revoltas em senzalas. “Atribui Nina grande importância à influência exercida sobre os Iorubanos ou Nagô e sobre os Ewes ou Gege pelos Fulas e Haúça maometanos” que, por virem de reinos como Wurno, Sokotô e Gandê — reinos estes de adiantada organização política — teriam sido como uns “aristocratas das senzalas”. “Semelhantes escravos não podiam conformar-se ao papel de manés-gostosos dos portugueses; nem seria a água benta do batismo cristão que, de repente, neles apagaria o fogo do maometano.” (p. 393).

Considerações finais

Mesmo os críticos generosos de *Casa-grande & senzala* não deixaram de condenar as contradições e o conservadorismo de Gilberto Freyre, assim como o apego mais literário do que necessariamente científico que caracteriza sua produção intelectual, tida por muitos como “idealista”. (CARDOSO, in: FREYRE, 2003, p. 19). Fernando Henrique Cardoso, em prefácio à uma recente edição de *Casa-grande & Senzala*, observa que Carlos Alberto Mota foi um dos autores que melhor salientou diversos aspectos vulneráveis da análise freyreana, tais como a confusão entre raça e cultura, a metodologia excessivamente eclética, a ilusão da democracia racial, a inexistência de conflito entre as classes e a ideologia da brasilidade baseada naquele hibridismo inato que teríamos herdado dos povos ibéricos (p. 25).

Freyre defendia que a potencialidade da cultura brasileira reside na “riqueza dos antagonismos equilibrados”. Ou seja, para ele, não subsiste, no Brasil, duas metades inimigas — a branca e a preta, o ex-senhor e o ex-escravo — mas “duas metades confraternizantes que se vêm mutuamente enriquecendo de valores e experiências diversas”. Dessa forma, argumentava que, para que o país conquise plena integração social, não será necessário “o sacrifício de um elemento ao outro”.

A condição de “mestre do equilíbrio dos contrários” que Ricardo Benzaquen de Araújo atribuiu a Freyre, como lembra Cardoso, sugere a intensa ambigüidade do pensamento do “historiador-sociólogo-antropólogo” brasileiro. Freyre é de fato considerado um anti-racista em relação aos negros. Como vimos, em *Casa-grande & senzala*, o negro faz-se “orgiástico” não por consequência de sua etnia ou mesmo por fatores culturais, mas sim devido à sua própria condição de escravo. Ao descrever a vida cotidiana do senhor de engenho, por mais que tenha feito uma análise considerada amena, Freyre não deixou de revelar a condição social das mucamas, dos moleques de brinquedo e das mulatas. “E nesse desvendar, aparecem fortemente o sadismo e a crueldade dos senhores, ainda que Gilberto Freyre tenha deixado de dar importância aos escravos do eito, à massa dos negros que mais penava nos campos.” (p. 22).

No entanto, ainda segundo Cardoso, é indiscutível que a visão do mundo patriarcal de Freyre assume a perspectiva do branco e do senhor. Por mais que valorize a cultura do negro e que proclame a mestiçagem como um dos fundamentos da “brasilidade”, o conjunto da obra freyreana inspira certa nostalgia do “tempo dos nossos avós e bisavós”, tempos estes que eram difíceis e brutais para a maioria dos habitantes da colônia portuguesa. Assim, o livro fala de personagens ambíguos que, se por um lado “abominavam certas práticas da sociedade escravocrata, se embeveciam com outras, com as mais doces, as mais sensuais” (p. 23). Em outras palavras: “O patriarca de Gilberto Freyre poderia ter sido um déspota doméstico. Mas seria ao mesmo tempo, lúdico, sensual, apaixonado” (p. 27). Para Cardoso, em nome das características “plásticas” da cultura brasileira, Freyre tornou-se um crítico que “tolera o intolerável”. Assim, o aspecto arbitrário do comportamento senhorial perde relevo no clima geral da cultura patriarcal brasileira, analisada com bonomia pelo autor.

Para exemplificar essa simpatia pela ordem senhorial, em prefácio da 1ª edição de sua obra, podemos selecionar o trecho onde Freyre argumenta que a antiga ordem econômica escravista fora na verdade substituída por outra ainda mais perversa. “(...) desfeito em 88 o patriarcalismo que até então amparou os escravos, alimentou-os com certa largueza, socorreu-os na velhice e na doença, proporcionou-lhes aos filhos oportunidades de acesso social” fora, segundo o autor, transformado pelas novas condições econômicas em um sistema que reduzia o ex-escravo em “pária de usina”. Assim, a relação passava a ser uma troca da “senzala pelo mucambo; o senhor de engenho pelo usineiro ou pelo capitalista ausente” (FREYRE, 2003, p. 51-52). A análise não é de todo falsa, mas é evidente o clima nostálgico de sua pregação pelos “bons e velhos tempos” do regime escravista patriarcal. Em um outro exemplo, quando fala do papel do índio na conquista dos sertões, observa que os nativos falharam “no rame-rame tristonho da lavoura de cana, que só as reservas extraordinárias de alegria e de robustez animal do africano tolerariam tão bem” (163). Evidentemente, dizer que o escravo negro se adaptou à lavoura devido às suas “reservas extraordinárias de alegria” é intoleravelmente ofensivo dado o grau de criticidade que a historiografia contemporânea conquistou. E este é, não há dúvidas, um dos maiores “pecados” de Freyre.

No próprio prefácio à nova edição de *Casa-grande & Senzala*, Cardoso lembra que foram Florestan Fernandes, Simon Schartzman e José Murilo de Carvalho alguns dos historiadores que elaboraram críticas contundentes a essa visão mais emocional do que racional da vida brasileira (CARDOSO, in: FREYRE, 2003, p. 27). Na verdade, ainda década de 1930, observa, Sérgio Buarque de Holanda já contestava, sobretudo através do “homem cordial”, essa cultura patrimonialista necessariamente antidemocrática.

Neste ponto, é preciso observar que Freyre e Holanda estavam de acordo, se não na receita, mas certamente no diagnóstico de aspectos nada desprezíveis da formação do Brasil, como por exemplo, o conceito de plasticidade social do português: "Entre nós, o domínio europeu foi, em geral, brando e mole, menos obediente a regras e dispositivos do que à lei da natureza. A vida parece ter sido aqui incomparavelmente mais suave, mais acolhedora das dissonâncias sociais, raciais, e morais", escreveu Buarque de Holanda. (1995, p. 52). Referindo-se ao caráter do português, o historiador registra argumentos que convergem plenamente com os de Freyre:

A isso cumpre acrescentar outra face bem típica de sua extraordinária plasticidade social: a ausência completa, ou praticamente completa, entre eles, de qualquer orgulho de raça. (...) Essa modalidade de seu caráter, que as aproxima das outras nações de estirpe latina e, mais do que eles, dos muçulmanos da África, explica-se muito pelo fato de serem os portugueses, em parte, e já ao tempo do descobrimento do Brasil, um povo de mestiços. (...) Neste caso o Brasil não foi teatro de nenhuma grande novidade. A mistura com gente de cor tinha começado amplamente na própria metrópole (HOLANDA, 1995, p. 53).

Mas Cardoso registra que Darcy Ribeiro considerava que a etnografia feita por Freyre foi de boa qualidade. “Não se trata de obra de algum preguiçoso genial” (CARDOSO, In: FREYRE, 2003, p. 20), o que fica evidente no prefácio, onde Freyre explicita sua metodologia e suas fontes. Ou seja, paralelamente ao texto lânguido, fluído e idílico, encontra-se farta documentação, o que comprova uma pesquisa sólida.

Ao incorporar a vida cotidiana nas análises sociológicas, Freyre foi um inovador das teorias de interpretação da sociedade. Se hoje em dia a história da vida privada é um campo de pesquisa historiográfica muito explorado, na década de 30 métodos como a descrição da cozinha e dos hábitos culinários, da arquitetura e da vida sexual certamente era uma prática inusitada. Nas palavras do próprio Freyre, o estudo da história íntima da rotina de vida é onde melhor se sente o caráter de um povo. “É um passado que se estuda tocando em nervos; um passado que emenda com a vida de cada um; uma aventura de sensibilidade, não apenas um esforço de pesquisa pelos arquivos” (FREYRE, 2003, p. 45).

Assim, tendo em vista as virtudes e ambigüidades, Cardoso conclui que a importância de se ler *Casa-grande & senzala* no século 21 é que esta obra ensina muito do que fomos e ainda somos em parte. Mas jamais o que queremos ser no futuro. (CARDOSO, in: FREYRE, 2003, p. 27). De nossa parte, a releitura de Gilberto Freyre parece problematizar a pertinência das críticas que o acusam de idealizar certa "democracia racial" na sociedade colonial; pois, quando verificamos a argumentação do autor, constatamos que, longe de mostrar-

se um pesquisador dado a estereótipos, Freyre traçou um panorama complexo das ambíguas relações sociais na colônia.

Referências bibliográficas

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 49 ed. São Paulo: Global, 2004. [Apresentação de Fernando Henrique Cardoso].

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.